

*** Roberto Rodrigues**

Cresce em todo o mundo a preocupação com segurança alimentar, com base em um preceito universal: não pode haver paz enquanto houver fome. Os números em torno do assunto sinalizam para uma população global de 9 bilhões de pessoas no ano 2050, exigindo o aumento de produção de alimentos em torno de 50% até lá.

Alguns estudiosos contestam esta numerologia com a presunção de que os avanços tecnológicos pelos quais passará a humanidade nas próximas décadas serão tão espetaculares que qualquer previsão fica prejudicada, até mesmo quanto ao aumento da população definida pela própria ONU.

Por outro lado, organizações acadêmicas muito respeitadas vem realizando estudos com olhos em um lapso menor de tempo. A OCDE, por exemplo, fez uma avaliação em conjunto com a FAO sobre a demanda mundial de alimentos para o ano 2020, muito mais realista do que 2050.

E calculou que até aquele ano seria necessário produzir mais 20% de alimentos, o que parece um número bastante viável. Mas não o é: a União Européia, por exemplo, só poderá crescer 4%. Canadá e Estados Unidos crescerão no máximo 15%, enquanto a Oceania pode alcançar 17% e países importantes como Rússia, China e Índia alcançariam mais 27 a 29%. Neste cenário, segundo OCDE/FAO, o Brasil teria que crescer 40% no período para permitir a média almejada de 20%. E justificam esta perspectiva com dados conhecidos entre nós, como a disponibilidade de terras, a tecnologia tropical desenvolvida aqui é que garante uma produção com sustentabilidade e a grande competência de nossos produtores rurais, cuja média de idade é bem menor do que a dos agricultores europeus e asiáticos.

Com efeito, o Brasil cultiva atualmente menos de 80 milhões de hectares com todas as plantas comerciais, o que não atinge nem 10% do território nacional. E usa outros 29% com pastagens, de modo que toda a agropecuária nacional usa menos de 30% de nosso território. No entanto, com as regras hoje existentes no que diz respeito a reservas florestais obrigatórias, parques nacionais, estaduais, municipais e até privados, áreas reservadas para índios e quilombolas e outras disposições legais, só podemos aumentar áreas para agropecuária em mais 15 milhões de hectares aproximadamente, dos quais 10 milhões viriam de terras de pastos que se transformariam em agricultura em função do expressivo aumento da lotação de gado por hectare, liberando áreas para soja, milho, algodão, cana de açúcar etc. E os demais 5 milhões viriam de desmatamentos legais. Fica claro que é inaceitável qualquer hipótese de desmatamento fora da lei. Em resumo, a agricultura pode crescer horizontalmente cerca de 20%, no máximo, em relação à área hoje cultivada.

Quanto à nossa reconhecida tecnologia tropical, os dados são formidáveis. Desde 1990, por exemplo, a área cultivada com grãos cresceu 50% em todo o país, enquanto a produção aumentou 240%! Este aumento de produtividade por hectare permitiu poupar quase 70 milhões de hectares de

cerrados, florestas ou outros biomas, o que confere o status de sustentabilidade a tecnologia aplicada pelos produtores brasileiros.

Estes números se repetem para a produção de carnes: no mesmo período a produção de carne bovina aumentou mais de 100%, a de suínos cerca de 220% e a de aves mais de 420%!

Tudo devido a tecnologias tropicalizadas desenvolvidas em nossas instituições públicas de pesquisa, universidades e mesmo pelo setor privado. E que seguem evoluindo, sempre com a visão da competitividade com sustentabilidade. É o caso dos programas do Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono- desenvolvido pela Embrapa e incorporando temas como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, o Plantio Direto, recuperação de pastagens degradadas, recuperação de florestas e novos florestamentos, tratamento de resíduos e fixação biológica de Nitrogênio. Este Plano, quando suas metas forem atingidas, será responsável pelo cumprimento das metas do Brasil junto ao IPCC.

Mas nada disso garante que crescamos os 40% almejados por OCDE/FAO. Será necessário montar uma estratégia articulada entre organismos federais, estaduais e os produtores rurais para chegar lá. Esta estratégia, coordenada pelo Governo Federal, pressupõe um grande conjunto de medidas, muitas das quais conhecidas há tempos e recorrentemente reclamadas pela classe rural.

A principal delas é o arranjo da logística e da infraestrutura toda: rodovias, ferrovias, portos, armazenagem. Foram muitas décadas de descaso para com esse elemento fundamental da competitividade nacional e internacional. Por causa dela, os produtores brasileiros, super eficientes em suas fazendas, perdem competitividade quando vão para os portos ou centros consumidores. Felizmente estamos começando a avançar neste tema com as concessões rodoviárias que foram estabelecidas no final de 2013 e agora em fase de expansão. Também a MP dos portos permite boa expectativa neste segmento, assim como os recursos disponibilizados para armazenagem. Há uma luz no fim do túnel. Não estaremos prontos até 2020, mas estamos avançando.

Outra questão central é a inexistente política de renda para o campo. Neste quesito, a FGV vem trabalhando um amplo projeto que abrange a modernização do crédito rural, a implantação de um real seguro agrícola (e não apenas contra desastres climáticos, mas também contra a volatilidade dos mercados) e a reformulação dos preços de garantia, tudo considerando mecanismos privados modernos de comercialização e questões mais complexas ligadas ao Custo Brasil.

Uma política comercial internacional mais agressiva também é muito importante. Cerca de 40% do comércio mundial de alimentos ocorrem no âmbito de acordos bilaterais ou regionais de comércio e o Brasil não participa de nenhum. Até mesmo o atrelamento ao Mercosul tem dificultado um desejado acordo com a União Européia. Claro que o bloco sul americano é da maior importância política, mas precisa de avanços comerciais para valer a pena.

Outras recorrentes questões são demandadas, como mais recursos para pesquisa e extensão rural, defesa sanitária, apoio ao cooperativismo e associativismo, agregação de valor as commodities em geral, e muitos mais.

Mas o grande gargalo para a aplicação de uma estratégia ampla para o campo é a governança. Temos hoje no Ministério da Agricultura uma competente e brilhante Ministra, a Senadora Katia Abreu, ex presidente da CNA, que conhece todos os problemas do setor e suas respectivas soluções. Mas se Ministério não decide o orçamento, que é feito pelo Planejamento, nem libera os recursos, responsabilidade da Fazenda. Quem cuida de estradas e ferrovias é o Ministério dos Transportes e o de Portos, desses. O MDIC trabalha regras de comércio e o Itamaraty costura os acordos internacionais. Ciência e Tecnologia administra recursos para pesquisa, o MDA se preocupa com a Agricultura Familiar, tem um Ministério de Pesca e o Meio Ambiente olha as florestas.

E ainda tem o Ministério do Trabalho, o das Relações Institucionais, e muitos outros cuja missão interferir no campo. Mas isso nem se compara com a interferência de Incra, Ibama, Anvisa, Funai, Ana, Inmetro, Inmet, Ministério Público, Iphan e dezenas de outros organismos federais ou estaduais lidando com o setor. Uma babel geradora de tantas e tais regras que dificultam sobremaneira a gestão do setor.

Naturalmente que a sonhada estratégia passa necessariamente pela modernização e flexibilização de um sem número de legislações, como a trabalhista, a tributária, a ambiental, a da defesa sanitária e tantas outras, o que traz para as discussões o Parlamento - Federal com o Senado e a Câmara dos Deputados, onde atua uma vigorosa Frente Parlamentar Agropecuária; Estaduais, com as Assembleias Legislativas e até Municipais. Também o Poder Judiciário precisará se preparar melhor para a discussão dos grandes temas jurídicos que afetam o campo direta ou indiretamente.

E sobram ainda temas relevantes para além da produção de alimentos, como a agroenergia, hoje completamente descuidados pelo Estado, e que pode ser uma solução notável, rápida e sustentável para crise energética desenhada no horizonte. A sucroenergia, principalmente, precisa muitos de uma profunda revisão estratégica por parte do governo.

Tudo isso exige de Katia Abreu um esforço gigantesco e o setor rural está confiante que ela reúne todas as condições para alavancar essa sonhada estratégia, inclusive um acesso privilegiado à Presidente Dilma Rousseff que é, em última instância, quem tomará a decisão sobre o que fazer.

Mas passa da hora desse "que fazer" transformar o Brasil no grande supridor mundial de alimentos e, ainda mais, de energia renovável. E, com isso, ser o grande paladino da Paz Universal.

Que governante não aspiraria a este galardão?

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**